

PROTOCOLO: 20.987.977-8

**PLANO DE TRABALHO INTEGRANTE AO TERMO DE CONVÊNIO
Nº 202402016**

DADOS DOS PARTICÍPES

CONCEDENTE: Secretaria de Estado da Educação			CNPJ/MF 76.416.965/0001-21	
Endereço: Av. Presidente Kennedy, 2.511	Município CURITIBA	UF PR	CEP 80.610-011	Telefone (41) 3340-1701
Web site: www.educacao.pr.gov.br		Endereço Eletrônico (e-mail): gabinete.seed@educacao.pr.gov.br		
Nome do Responsável Roni Miranda Vieira				
Decreto de Nomeação 00011/2023		Cargo: Secretário da Educação		
CONVENENTE: Município de Toledo			CNPJ/MF 76.205.806/0001-88	
Endereço: Rua Raimundo Leonardi, 1586	Município Toledo	UF PR	CEP 85.900-110	Telefone (45) 3196-2000
Web site: www.toledo.pr.gov.br		Endereço Eletrônico (e-mail): toledo@toledo.pr.gov.br		
Nome do Responsável Luis Adalberto Beto Lunitti Pagnussatt				
Cargo: Prefeito Municipal				

I – DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO

Constitui objeto deste Convênio a união de esforços dos partícipes para o desenvolvimento de ações que integram o Plano Paraná Mais Cidades III – PPMC III, mediante a aquisição de 01 (um) Kit com 25 unidades de Chromebook e 25 unidades de Headset (Chromebook com especificação mínima: Notebook, Tela 11,6 polegadas, com sistema operacional Chrome OS (Chromebook), 4 GB Memória RAM, Armazenamento SSD 32 GB e Headset: Fone de ouvido com almofada auricular e microfone ajustável embutido para utilização nos Chromebook em atividades pedagógicas), visando o atendimento do desenvolvimento a ser fomentado pelo convênio dentro do Plano “Paraná Mais Cidades III”, instituído pelo decreto estadual n.º 2.641/2023, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

II – JUSTIFICATIVA PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE CONVÊNIO

O Plano Paraná Mais Cidades III, instituído pelo Decreto nº 2.641/2023, parte integrante do Plano de Governo Estadual, tem como objetivo fomentar o desenvolvimento e o aviamento das municipalidades do Paraná.

A viabilização das ações previstas neste Decreto é de competência de diversos Órgãos e Entidades do Poder Executivo e um deles é a Secretaria de Estado da Educação. O principal objetivo é fortalecer o regime de colaboração na educação entre Estado e Municípios, por meio de iniciativas que contribuíssem para a melhoria da qualidade da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

III – METAS A SEREM ATINGIDAS

	META	DESCRIÇÃO
I)	Atendimento às escolas da Rede Municipal	Atender o máximo número de escolas da Rede Pública Municipal, com a aquisição de 01 (um) kit com 25 unidade de Chromebook e 25 unidades de Headset.
II)	Cumprimento do Objeto	Avaliar o cumprimento do objeto, por meio dos procedimentos previstos ao instrumento.

Resultados esperados:

Meta I - Atendimento às escolas da Rede Municipal.

Com a aquisição de 01 (um) kit com 25 unidades de Chromebook e 25 unidades de Headset, pelo Município, espera-se proporcionar um ambiente favorável, que venha a contribuir no processo de aprendizagem dos estudantes, promovendo acesso à novas tecnologias no ensino aprendizagem bem como plataformas educacionais visando a melhoria da qualidade da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Meta II - Cumprimento do Objeto.

Através da gestão do convênio, utilizando procedimentos previstos no instrumento, avaliar o cumprimento do objeto pelo gestor e fiscal indicados pela Concedente.

IV – FASES DE EXECUÇÃO

Prazo de início e fim de cada Meta.

	META	DESCRIÇÃO	TEMPO ESTIMADO
I	Atendimento às escolas da Rede Municipal	Atender o máximo número de escolas da Rede Pública Municipal, com a aquisição de 01 (um) kit com 25 unidades de Chromebook e 25 unidades de Headset.	As atividades voltadas ao suprimento da necessidade física da meta, deverão se iniciar a partir da publicação do instrumento no DIOE, com atendimento real esperado durante toda a vigência da parceria.
II	Cumprimento do Objeto	Avaliar o cumprimento do objeto, por meio dos procedimentos previstos ao instrumento.	As atividades voltadas ao suprimento da necessidade física da meta, deverão se

			iniciar a partir da publicação do instrumento no DIOE, com atendimento real esperado durante toda a vigência da parceria.
--	--	--	---

V – PARÂMETROS PARA A AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO OBJETO

A avaliação do cumprimento do objeto do convênio será realizada através de:

- Relatórios de acompanhamento, fiscalização, controle e supervisão do objeto deste convênio;
- Relatório de avaliação do cumprimento e processamento do objeto deste convênio;
- Caso necessário, o concedente poderá realizar diligências e visitas in loco, aos Municípios contemplados com o Programa Paraná Mais Cidades III, para verificação do cumprimento do objeto deste convênio;
- Analisar e aprovar as prestações de contas parciais e final dos recursos aplicados na consecução do objeto deste convênio.

VI – PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA	MODELO/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	VALOR R\$
41.4101.F.12.361.32.8371	01 Kit com 25 unidades de Chromebook e 25 unidades de Headset (Chromebook com especificação mínima: Notebook, Tela 11,6 polegadas, com sistema operacional Chrome OS (Chromebook), 4 GB Memória RAM, Armazenamento SSD 32 GB e Headset: Fone de ouvido com almofada auricular e microfone ajustável embutido para utilização no Chromebook em atividades pedagógicas)	R\$ 52.250,00 SEED
9.2.12.361.24.12.361.0024.6-080		R\$ 2.750,00 Município

VII – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E DE DESEMBOLSO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ETAPA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO	VALOR R\$
I	• Planejamento e procedimentos administrativos para a aquisição/homologação	04 (quatro) meses	-----
II	• Aquisição do bem. • Demais procedimentos e autorizações necessárias.	06 (seis) meses	R\$ 52.250,00 SEED R\$ 2.750,00 Município
III	• Execução do objeto e avaliação do serviço prestado, com acervo	02 (dois) meses	-----

	fotográfico e com número de série		
TOTAL			R\$ 55.000,00

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

• CONCEDENTE - SEED

PARCELA	PERÍODO	VALOR R\$
ÚNICA (Conforme cláusula 6.1 do Termo de Convênio)	Mediante a publicação do extrato do Termo de Convênio no DIOE.	R\$ 52.250,00

• CONVENENTE - Município

PARCELA	PERÍODO	VALOR R\$
ÚNICA Contrapartida (Conforme cláusula 6.1 do Termo de Convênio)	Mediante a publicação do extrato do Termo de Convênio no DIOE.	R\$ 2.750,00

VIII – CONTRAPARTIDA

A contrapartida do Convenente corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor total a ser celebrado nesta parceria, conforme art. 669, § 1º do Decreto 10.086/2022. Será transferido em montante único, concomitante ao pagamento da primeira parcela do Concedente, para a conta bancária específica de titularidade do Município vinculada a esta parceria e, aberta na instituição financeira contratada pelo Estado do Paraná, conforme Decreto Estadual n.º 7.973/2021 e a Resolução SEFA n.º 1.212/2016. A conta bancária, específica para a execução do objeto desse convênio, deverá ser realizada (aberta) junto à instituição financeira oficial, pelo CONVENENTE, em etapa anterior à assinatura do instrumento.

IX – DADOS BANCÁRIOS DO ÓRGÃO

ÓRGÃO	PREFEITURA DE TOLEDO	
BANCO: 001	AGÊNCIA: 0587-8	CONTA CORRENTE: 110.751-8
Poupança ouro n.º 510.110.751-0	Poupança Poupex n.º 960.110.751-2	

X – OBRIGAÇÃO DAS PARTES

São obrigações do CONCEDENTE:

- transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste Convênio na forma do Plano de Aplicação, observada a sua disponibilidade financeira;
- inserir as informações pertinentes a este Convênio e a sua execução no SIT – Sistema Integrado de Transferência Voluntária do TCE – PR, conforme dispõem a Instrução Normativa n.º 61/2011 e a Resolução n.º 28/2011, com nova redação dada pela Resolução n.º 46/2014, ou outra que venha substituí-las;

- c. dar publicidade ao Convênio no Diário Oficial do Estado e no sítio eletrônico oficial da SEED no prazo de até 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura;
- d. realizar o acompanhamento, a fiscalização, o controle, a supervisão e a avaliação do cumprimento do objeto deste Convênio, por meio de análise de relatórios acerca do seu processamento, diligências e visitas in loco;
- e. analisar a prestação de contas da CONVENENTE relativa aos valores repassados por conta deste Convênio, observados os arts. 714 e 715 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e prestar contas aos órgãos fiscalizadores de acordo com a legislação pertinente a matéria;
- f. monitorar, supervisionar, avaliar e fiscalizar o cumprimento do objeto deste Convênio, em conformidade com o Plano de Trabalho, realizando vistorias sempre que julgar conveniente, com vistas ao fiel cumprimento do ajuste;
- g. notificar o CONVENENTE, quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar a Tomada de Contas Especial;
- h. comunicar ao CONVENENTE qualquer irregularidade no uso dos recursos ou outra pendência de ordem técnica, tomar medidas para suspender a liberação dos recursos e fixar prazo para saneamento ou apresentação de esclarecimentos;
- i. apurar o dano, caso não sanada a irregularidade de que trata o item 4.1.8, mediante Tomada de Contas Especial, nos termos do disposto na Lei Estadual nº 20.656/2021;
- j. comunicar à Controladoria Geral do Estado do Paraná qualquer irregularidade indicada no item 4.1.5, e à Procuradoria-Geral do Estado e ao Ministério Público competente quando detectados indícios de crime ou ato de improbidade administrativa;
- k. disponibilizar a estrutura da SEED para o acompanhamento e verificação da execução do objeto e o cumprimento dos prazos relativos à prestação de contas;
- l. divulgar em sítio eletrônico oficial as informações referentes aos valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
- m. assumir ou transferir a obrigação da execução do objeto deste Convênio, no caso de paralisação ou de indícios de irregularidade, de modo a evitar sua descontinuidade;
- n. mencionar, explicitamente, a presente parceria e/ou afixar as respectivas logomarcas em todos os materiais de divulgação e promocionais resultantes do objeto deste Convênio.

São obrigações do CONVENENTE:

- a. abrir e manter conta bancária específica e exclusiva em banco oficial para o recebimento e movimentação dos recursos provenientes deste Convênio;
- b. aplicar os recursos financeiros recebidos da CONCEDENTE no objeto deste Convênio e em conformidade com o Plano de Trabalho;
- c. executar, nos termos da legislação pertinente, o necessário para consecução do objeto deste Convênio, observando sempre critérios de qualidade e custo, bem como o contido no Plano de Trabalho;
- d. na forma dos arts. 709, 710 e 711 do Decreto Estadual nº 10.086/2022:

- aplicar os saldos do Convênio, enquanto não utilizados, em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês;
 - computar as receitas financeiras auferidas na forma da alínea anterior a crédito do Convênio e aplicar, exclusivamente, no seu objeto, mediante termo aditivo e aprovação de plano de trabalho readequado, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do Convênio;
 - devolver ao CONCEDENTE, quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial;
- e. restituir os recursos, nos casos previstos no Decreto Estadual nº 10.086/2022, bem como de forma atualizada monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicável aos débitos para com o Tesouro do Estado, quando:
- não for executado o objeto deste Convênio;
 - não for apresentada, no prazo estipulado, a respectiva Prestação de Contas parcial ou final;
 - os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido neste Convênio;
- f. apresentar, quando da formalização do Convênio, a Certidão Liberatória expedida pelo Tribunal de Contas, Certidão Negativa de Débitos Tributários e da Dívida Ativa Estadual, Certidão Negativa de Débitos que ateste que está em dia com o pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao CONCEDENTE/SEED, Certidão Negativa de Tributos Federais/INSS, Certidão Negativa de Regularidade do FGTS, Certidão Trabalhista e documentos pertinentes ao objeto, segundo o disposto no art. 11 do Decreto Estadual nº 7.265/2017, devendo mantê-las atualizadas durante toda execução do Convênio;
- g. observar e fazer observar, por seus contratados e subcontratados, se estão agindo com mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
 - “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
 - “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
 - “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

- “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;
- h. fazer constar das notas fiscais o número do Convênio seguido da sigla SEED/PR;
- i. iniciar a execução do Convênio em até 30 (trinta) dias após o recebimento da parcela, salvo motivo de força maior devidamente justificado ou se estabelecido de forma diversa nas etapas e execução do Plano de Trabalho;
- j. observar as obrigações previstas no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-PR;
- k. prestar contas por meio do Sistema Integrado de Transferências - SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR, onde deverá inserir e manter atualizadas todas as informações relativas a execução do objeto dentro do prazo estabelecido e exigidos pelo sistema;
- l. garantir o livre acesso de servidores da SEED, do controle interno do Poder Executivo Estadual, bem como do Tribunal de Contas do Estado do Paraná aos processos, documentos, informações referentes aos instrumentos de transferências deste Convênio e aos locais de execução do objeto;
- m. responsabilizar-se, de forma exclusiva:
 - pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto deste Convênio, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do CONCEDENTE;
 - nas esferas civil, penal e administrativa pela execução do objeto deste Convênio, em especial pela correta utilização do(s) equipamento(s) adquirido(s);
 - pelos custos de instalação e todo e qualquer reparo ou conserto/manutenção dos equipamentos oriundos deste Convênio, salvo se já estiver previsto no custo de aquisição, devendo ser executado por empresa especializada no ramo;
 - pela manutenção, conservação e guarda dos equipamentos;
- n. observar que a ausência de prestação de contas, nos prazos estabelecidos, sujeitará, salvo os casos previstos em lei, a instauração de Tomada de Contas Especial, observados os arts. 233 e 234 do Regimento Interno do TCE/PR;
- o. preservar todos os documentos originais relacionados com o Convênio, independentemente da apresentação da prestação de contas ou mesmo de sua aprovação, em local seguro e em bom estado de conservação, mantendo-os à disposição do Tribunal de Contas do Paraná por um prazo de 10 (dez) anos;
- p. submeter-se à regulação instituída pelo gestor;
- q. apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto deste Convênio;
- r. cumprir com os termos de garantia estabelecidos pelo Fabricante do(s) equipamento(s) adquirido(s);
- s. cumprir todas as normas relativas à preservação do meio ambiente;
- t. submeter-se à auditoria da SEED, apresentando toda documentação solicitada;

- u. divulgar em sítio eletrônico oficial as informações referentes aos valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto deste Convênio, extinção ou rescisão do ajuste;
- v. efetuar a prestação de contas parciais dos recursos repassados de forma parcelada, correspondentes e consentâneos com o respectivo plano e cronograma, sob pena de obstar o repasse das prestações financeiros subsequentes;
- w. contabilizar e guardar os bens remanescentes, bem como utilizá-los para assegurar a continuidade de programa governamental, com apresentação de diretrizes e regras claras de utilização;
- x. manter, durante a execução do objeto deste convênio, todos os requisitos habilitatórios exigidos para sua celebração;
- y. cientificar, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, os órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, o Ministério Público;
- z. mencionar, explicitamente, a presente parceria e/ou afixar as respectivas logomarcas em todos os materiais de divulgação e promocionais resultantes do objeto deste Convênio.

XI – DA COMPATIBILIDADE DOS CUSTOS COM OS PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO

Por meio do referencial de preços, deliberado pelos protocolos n.º 20.163.309-5 e n.º 20.290.875-6, inserido neste caderno administrativo, é possível verificar que os preços praticados no mercado são compatíveis com os recursos financeiros apresentados e disponibilizados no Plano Paraná Mais Cidades III, cujo objetivo é fortalecer o regime de colaboração na educação entre Estado e Municípios, por meio de iniciativas que contribuíssem para a melhoria da qualidade da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

XII – DA RELAÇÃO ENTRE CUSTOS E RESULTADOS

Os custos apresentados, nesse plano de trabalho, visam o atendimento aos municípios através do Plano Paraná Mais Cidades III. Almeja-se que os alunos atendidos, através desse programa, possam desenvolver competências digitais, através do objeto desse convênio. Competências que consistem na mobilização e desenvolvimento de habilidades tecnológicas que envolvem a aquisição de conhecimento, valores, atitudes, regulamentos e ética para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação.

Essas competências são indicadas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens como a cultura digital:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BNCC, 2018)

Assim, o uso das tecnologias auxiliam, não apenas como suporte para promover o trabalho pedagógico, mas como direito de aprendizagem do estudante que se materializa através do acesso ao mundo digital.

XIII – VIGÊNCIA

Esta parceria, conforme Cláusula Terceira e Parágrafo Primeiro do instrumento de Convênio, terá execução e vigência de 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado – DIOE, podendo ser prorrogado nos termos da lei, mediante Termo Aditivo, solicitado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do seu término, acompanhada da devida justificativa.

TERMO DE APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Na forma deste Plano de Trabalho, documento integrante ao Termo de Convênio nº 202402016, manifestamos ciência e aprovação.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Toledo, datado e assinado eletronicamente.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação
Decreto n.º 011/2023

Luis Adalberto Beto Lunitti Pagnussatt
Prefeito(a) Municipal



ePROTOCOLO



Documento: **Plano_Trabalho_do_Convenio_202402016_Toledo_.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Luis Adalberto Beto Lunitti Pagnussatt** em 05/04/2024 17:53, **Roni Miranda Vieira** em 09/04/2024 12:21.

Inserido ao protocolo **20.987.977-8** por: **Scheila Fernanda Alves** em: 05/04/2024 08:11.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
8cc2214d9a58f260f1669a5c7bca105f.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 202402016

PROCESSO Nº 20.987.977-8

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ,
POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA
DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, E O
MUNICÍPIO DE TOLEDO, PARA
IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO
PREVISTO NO DECRETO 2.641/2023,
QUE INSTITUIU O PLANO PARANÁ
MAIS CIDADES III.**

O ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.416.965/0001-21, com sede na Avenida Presidente Kennedy, 2.511, Guaíra, CEP 80.610-011, Curitiba – PR, doravante denominada CONCEDENTE, neste ato representada pelo Secretário(a) da dita Pasta, Sr(a). **Roni Miranda Vieira**, portador(a) da Cédula de Identidade/RG nº 8.XXX.160-X do CPF nº 031.XXX.659-XX, residente e domiciliado em Campo Largo-PR, e o MUNICÍPIO DE TOLEDO, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.205.806/0001-88, com sede na Rua Raimundo Leonardi, nº 1586, em Toledo, PR, CEP 85.900-110, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Luis Adalberto Beto Lunitti Pagnussatt, inscrito no CPF/MF sob nº XXX.580.029-XX, doravante denominado CONVENIENTE, tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 20.987.977-8, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, na Resolução nº 028/2011 TCE-PR, regulamentada pela Instrução Normativa nº 061/2011, ou outras que venham a substituí-las, na Lei Complementar nº 101/2000 e no Decreto Estadual nº 2.641, de 29 de junho de 2023, RESOLVEM celebrar o presente CONVÊNIO, nos termos da delegação governamental conferida pelo art. 6º, do Decreto nº 2.641, de 2023, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio a união de esforços dos partícipes para o desenvolvimento de ações que integram o Plano Paraná Mais Cidades III – PPMC III, mediante a aquisição de 01 (um) kit com 25 unidades de Chromebook e 25 unidades de Headset, visando o atendimento do desenvolvimento a ser fomentado pelo convênio dentro do Plano “Paraná Mais Cidades III”, instituído pelo decreto estadual nº 2.641/2023, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este Convênio, independente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado pelas autoridades competentes, bem como os documentos constantes do Protocolado nº 20.987.977-8.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência de 12 (doze) meses após a sua assinatura, para cumprimento do seu objeto e prestação de contas final.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quando necessária a prorrogação de vigência do Convênio, a solicitação deverá ser apresentada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do seu término, acompanhada da devida justificativa.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1. Fica a CONCEDENTE obrigada a:

- 4.1.1. transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste Convênio na forma do Plano de Aplicação, observada a sua disponibilidade financeira;
- 4.1.2. inserir as informações pertinentes a este Convênio e a sua execução no SIT – Sistema Integrado de Transferência Voluntária do TCE – PR, conforme dispõem a Instrução Normativa nº 61/2011 e a Resolução nº 28/2011, com nova redação dada pela Resolução nº 46/2014, ou outra que venha substituí-las;
- 4.1.3. dar publicidade ao Convênio no Diário Oficial do Estado e no sítio eletrônico oficial da SEED no prazo de até 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura;
- 4.1.4. realizar o acompanhamento, a fiscalização, o controle, a supervisão e a avaliação do cumprimento do objeto deste Convênio, por meio de análise de relatórios acerca do seu processamento, diligências e visitas *in loco*;
- 4.1.5. analisar a prestação de contas da CONVENENTE relativa aos valores repassados por conta deste Convênio, observados os arts. 714 e 715 do Decreto

Estadual nº 10.086/2022 e prestar contas aos órgãos fiscalizadores de acordo com a legislação pertinente a matéria;

4.1.6. monitorar, supervisionar, avaliar e fiscalizar o cumprimento do objeto deste Convênio, em conformidade com o Plano de Trabalho, realizando vistorias sempre que julgar conveniente, com vistas ao fiel cumprimento do ajuste;

4.1.7. notificar o CONVENENTE, quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar a Tomada de Contas Especial;

4.1.8. comunicar ao CONVENENTE qualquer irregularidade no uso dos recursos ou outra pendência de ordem técnica, tomar medidas para suspender a liberação dos recursos e fixar prazo para saneamento ou apresentação de esclarecimentos;

4.1.9. apurar o dano, caso não sanada a irregularidade de que trata o item 4.1.8, mediante Tomada de Contas Especial, nos termos do disposto na Lei Estadual nº 20.656/2021;

4.1.10. comunicar à Controladoria Geral do Estado do Paraná qualquer irregularidade indicada no item 4.1.5, e à Procuradoria-Geral do Estado e ao Ministério Público competente quando detectados indícios de crime ou ato de improbidade administrativa;

4.1.11. disponibilizar a estrutura da SEED para o acompanhamento e verificação da execução do objeto e o cumprimento dos prazos relativos à prestação de contas;

4.1.12. divulgar em sítio eletrônico oficial as informações referentes aos valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;

4.1.13. assumir ou transferir a obrigação da execução do objeto deste Convênio, no caso de paralisação ou de indícios de irregularidade, de modo a evitar sua descontinuidade; e

4.1.14. mencionar, explicitamente, a presente parceria e/ou afixar as respectivas logomarcas em todos os materiais de divulgação e promocionais resultantes do objeto deste Convênio.

4.2. Fica o CONVENENTE obrigado a:

4.2.1. abrir e manter conta bancária específica e exclusiva em banco oficial para o recebimento e movimentação dos recursos provenientes deste Convênio;

4.2.2. aplicar os recursos financeiros recebidos da CONCEDENTE no objeto deste Convênio e em conformidade com o Plano de Trabalho;

4.2.3. executar, nos termos da legislação pertinente, o necessário para consecução do objeto deste Convênio, observando sempre critérios de qualidade e custo, bem como o contido no Plano de Trabalho;

4.2.4. na forma dos arts. 709, 710 e 711 do Decreto Estadual nº 10.086/2022:

a) aplicar os saldos do Convênio, enquanto não utilizados, em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês;

b) computar as receitas financeiras auferidas na forma da alínea anterior a crédito do Convênio e aplicar, exclusivamente, no seu objeto, mediante termo aditivo e aprovação de plano de trabalho readequado, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do Convênio; e

c) devolver ao CONCEDENTE, quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial;

4.2.5. restituir os recursos, nos casos previstos no Decreto Estadual nº 10.086/2022, bem como de forma atualizada monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicável aos débitos para com o Tesouro do Estado, quando:

a) não for executado o objeto deste Convênio;

b) não for apresentada, no prazo estipulado, a respectiva Prestação de Contas parcial ou final; e

c) os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido neste Convênio;

4.2.6. apresentar, quando da formalização do Convênio, a Certidão Liberatória expedida pelo Tribunal de Contas, Certidão Negativa de Débitos Tributários e da Dívida Ativa Estadual, Certidão Negativa de Débitos que ateste que está em dia com o pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao CONCEDENTE/SEED, Certidão Negativa de Tributos Federais/INSS, Certidão Negativa de Regularidade do FGTS, Certidão Trabalhista e documentos pertinentes ao objeto, segundo o disposto no art. 11 do Decreto Estadual nº 7.265/2017, devendo mantê-las atualizadas durante toda execução do Convênio;

4.2.7. observar e fazer observar, por seus contratados e subcontratados, se estão agindo com mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de

contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
 - b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
 - c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
 - d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
 - e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;
- 4.2.8. fazer constar das notas fiscais o número do Convênio seguido da sigla SEED/PR;
- 4.2.9. iniciar a execução do Convênio em até 30 (trinta) dias após o recebimento da parcela, salvo motivo de força maior devidamente justificado ou se estabelecido de forma diversa nas etapas e execução do Plano de Trabalho;
- 4.2.10. observar as obrigações previstas no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-PR;
- 4.2.11. prestar contas por meio do Sistema Integrado de Transferências - SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR, onde deverá inserir e manter atualizadas todas as informações relativas a execução do objeto dentro do prazo estabelecido e exigidos pelo sistema;
- 4.2.12. garantir o livre acesso de servidores da SEED, do controle interno do Poder Executivo Estadual, bem como do Tribunal de Contas do Estado do Paraná aos processos, documentos, informações referentes aos instrumentos de transferências deste Convênio e aos locais de execução do objeto;
- 4.2.13. responsabilizar-se, de forma exclusiva:
- a) pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto deste Convênio, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do CONCEDENTE;

- b) nas esferas civil, penal e administrativa pela execução do objeto deste Convênio, em especial pela correta utilização do(s) equipamentos adquirido(s);
 - c) pelos custos de instalação e todo e qualquer reparo ou conserto/manutenção dos equipamentos oriundos deste Convênio, salvo se já estiver previsto no custo de aquisição, devendo ser executado por empresa especializada no ramo;
 - d) pela manutenção, conservação e guarda dos equipamentos;
- 4.2.14. observar que a ausência de prestação de contas, nos prazos estabelecidos, sujeitará, salvo os casos previstos em lei, a instauração de Tomada de Contas Especial, observados os arts. 233 e 234 do Regimento Interno do TCE/PR;
- 4.2.15. preservar todos os documentos originais relacionados com o Convênio, independentemente da apresentação da prestação de contas ou mesmo de sua aprovação, em local seguro e em bom estado de conservação, mantendo-os à disposição do Tribunal de Contas do Paraná por um prazo de 10 (dez) anos;
- 4.2.16. submeter-se à regulação instituída pelo gestor;
- 4.2.17. apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto deste Convênio;
- 4.2.18. cumprir com os termos de garantia estabelecidos pelo Fabricante do(s) equipamento(s) adquirido(s);
- 4.2.19. cumprir todas as normas relativas à preservação do meio ambiente;
- 4.2.20. submeter-se à auditoria da SEED, apresentando toda documentação solicitada;
- 4.2.21. divulgar em sítio eletrônico oficial as informações referentes aos valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto deste Convênio, extinção ou rescisão do ajuste;
- 4.2.22. efetuar a prestação de contas parciais dos recursos repassados de forma parcelada, correspondentes e consentâneos com o respectivo plano e cronograma, sob pena de obstar o repasse das prestações financeiros subsequentes;
- 4.2.23. contabilizar e guardar os bens remanescentes, bem como utilizá-los para assegurar a continuidade de programa governamental, com apresentação de diretrizes e regras claras de utilização;
- 4.2.25. manter, durante a execução do objeto deste convênio, todos os requisitos habilitatórios exigidos para sua celebração;
- 4.2.26. cientificar, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, os órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, o Ministério Público; e

4.2.27. mencionar, explicitamente, a presente parceria e/ou afixar as respectivas logomarcas em todos os materiais de divulgação e promocionais resultantes do objeto deste Convênio.

CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS FINANCEIROS

5.1 Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, que totalizam o valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), serão empregados conforme o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, possuindo a seguinte classificação orçamentária:

5.1.1 valor que será repassado pelo CONCEDENTE: R\$ 52.250,00 (cinquenta e dois mil e duzentos e cinquenta reais), à conta da dotação orçamentária n.º 41.4101.F.12.361.32.8371; natureza da despesa n.º 444042, fonte de recursos n.º 500, pré-empenho n.º 2024NR000299 expedido em 29/03/2024;

5.1.2 valor da contrapartida do CONVENENTE: R\$ 2.750,00 (dois mil e setecentos e cinquenta reais), à conta da dotação orçamentária n.º 9.2.12.361.24.12.361.0024.6-080; natureza da despesa n.º 4.4.90.52.00.00, fonte de recursos n.º 000 e 107, contrapartida que corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor total da parceria.

5.2 na hipótese de o objeto deste Convênio vir a ser alcançado com a utilização parcial dos recursos financeiros postos à disposição dos partícipes, conceder-se-á, para todos os efeitos, a mesma proporcionalidade de participação, tendo como parâmetros os valores mencionados nos itens 5.1.1 e 5.1.2 e eventuais acréscimos.

CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

6.1 Os recursos do CONCEDENTE e a correspondente contrapartida do CONVENENTE, serão depositados em parcela única e na mesma data em conta bancária específica vinculada a este Convênio, de titularidade do CONVENENTE, a qual deverá ser aberta em instituição financeira oficial em etapa anterior à assinatura deste instrumento.

6.2 Na hipótese de os recursos não serem suficientes à consecução do objeto, a complementação será aportada pelo CONVENENTE na forma de contrapartida, depositada e utilizada na mesma conta do Convênio.

6.3 O valor do Convênio só poderá ser aumentado se ocorrer a ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo da apresentação e aprovação prévia pelo CONCEDENTE de projeto adicional detalhado, da comprovação da fiel execução das etapas anteriores e da devida prestação de contas, sendo formalizado mediante termo aditivo.

6.4 A liberação de recursos financeiros deve obedecer ao cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho e guardar consonância com as fases ou etapas de execução do objeto do ato de transferência voluntária.

6.5 A movimentação dos recursos somente poderá ocorrer mediante emissão de cheque nominativo, cruzado e não endossável, ordem bancária, transferência eletrônica ou outra modalidade que identifique a destinação dos recursos e, no caso de pagamento, o credor.

6.6 Os recursos financeiros repassados em razão do Convênio não perdem a natureza de dinheiro público, ficando a sua utilização vinculada aos termos previstos no ajuste e devendo o CONVENIENTE, obrigatoriamente, prestar contas ao CONCEDENTE e ao Tribunal de Contas do Estado, sendo que:

- a) as prestações de contas parciais deverão ser apresentadas a cada 12 (doze) meses, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do encerramento daqueles;
- b) a prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do cumprimento final do Convênio; e
- c) O CONCEDENTE terá o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento, para analisar as prestações de contas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS E SUAS VEDAÇÕES

É vedado, especialmente:

- 7.1. a realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- 7.2. a realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- 7.3. o transpasse, cessão ou transferência a terceiros da execução do objeto do Convênio;
- 7.4. o pagamento, a qualquer título, com recursos da transferência, de servidor ou empregado integrante de quadro de pessoal da administração pública, direta ou indireta, por quaisquer serviços, inclusive de consultoria ou de assistência técnica, ressalvadas as hipóteses previstas em Lei;
- 7.5. o pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto do Convênio;
- 7.6. a aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no termo, ainda que em caráter de emergência;
- 7.7. a realização de despesas em data anterior, ou posterior, à sua vigência;
- 7.8. efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento pactuado, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência, a respectiva causa tenha sido justificada e os recursos financeiros para pagamento constem no plano de aplicação ou instrumento equivalente;

- 7.9. a atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;
- 7.10. a realização de despesa com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, que esteja diretamente vinculada com o objeto do Convênio e da qual não constem nomes, símbolos, imagens ou quaisquer referências que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;
- 7.11. a transferência de recursos para associações de servidores ou a quaisquer entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
- 7.12. a transferência de recursos às entidades privadas sem fins lucrativos que tenham como dirigentes ou controladores:
- a) membros do Poder Executivo do Concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;
 - b) servidor público vinculado ao Poder Executivo do Concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau, salvo se comprovada a inexistência de conflito com o interesse público.
- 7.13. estabelecer contrato ou convênio com entidades impedidas de receber recursos estaduais para consecução do objeto do Convênio; e
- 7.14. a celebração de outros convênios com o mesmo objeto deste, exceto ações complementares.

PARÁGRAFO ÚNICO - Havendo indícios de irregularidades na execução do Convênio, poderá haver a suspensão do repasse de recursos financeiros, mediante justificativa idônea, até que as irregularidades sejam efetivamente apuradas por meio de procedimento administrativo que confira ampla defesa ao convenente.

CLÁUSULA OITAVA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

8.1 O CONVENENTE deverá observar, quando da contratação de terceiros vinculada à execução do objeto deste Convênio, as disposições contidas na Lei Geral de Licitações e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos.

8.2 O CONVENENTE deverá apresentar relatório ao gestor do convênio contendo, no mínimo:

8.2.1 cópia do edital da licitação, acompanhado:

8.2.1.1 das concernentes atas;

8.2.1.2 das respectivas propostas;

8.2.1.3 dos contratos e eventuais termos aditivos;

8.2.1.4 da declaração expressa, firmada por representante legal, de que foram atendidas as disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório.

8.3 A celebração de contrato entre o CONVENENTE e terceiros não acarretará, sob qualquer hipótese, responsabilidade direta, solidária ou subsidiária do CONCEDENTE, vínculo funcional ou empregatício e, tampouco, transferência de responsabilidade pelo pagamento de encargos civis, trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, comerciais, assistenciais e de outra natureza.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

9.1 Os levantamentos decorrentes do acompanhamento, monitoramento e fiscalização na execução do presente Convênio serão registrados em relatórios de acompanhamento e inspeção, os quais serão considerados nas análises e conclusões dos pareceres técnicos e de gestão relacionados à realização do objeto, conforme acordado no Plano de Trabalho.

9.2. Fica designado(a) o(a) servidor(a) Késiene do Amaral Toledo, portador(a) da Cédula de Identidade/RG n.º 6.090.992-0 e do CPF n.º 030.569.449-96, como fiscal do Convênio, observados os requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal n.º 14.133/2021 e no art. 699 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, para acompanhar e fiscalizar a execução deste Convênio e dos recursos repassados, por meio de vistas *in loco*, material fotográficos e documentos previstos no art. 21 da Resolução nº 28/TCE/PR (tais como Termo de Acompanhamento e Fiscalização, Certificado de Conclusão ou Recebimento Definitivo da Obra; Certificado de Instalação e de Funcionamento de Equipamentos; Certificado de Compatibilidade Físico-Financeiro; Certificado de Cumprimento dos Objetivos; e Relatório Circunstanciado Sobre a Execução do Objeto da Transferência).

9.3. Fica indicado(a) como gestor(a) do Convênio, Eliane Alves Bernardi Benatto, portador(a) da Cédula de Identidade/RG n.º 3.712.839-2 e do CPF n.º 496.067.199-87.

9.4. Compete ao fiscal do Convênio, nos termos do art. 701 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, além de outras atribuições previstas na legislação e neste instrumento:

- a) ensinar as ações para que a execução física e financeira do ajuste ocorra conforme previsto no plano de trabalho;
- b) acompanhar a execução do Convênio, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
- c) verificar a adequação da aquisição de bens e a execução dos serviços, observando o estabelecido no ajuste e a compatibilidade da qualidade e quantidade apresentada pelo CONVENENTE com o efetivamente entregue ou executado;
- d) prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do Convênio;

e) analisar e aprovar, de forma fundamentada e justificada em relatórios técnicos, as eventuais readequações do plano de trabalho e no caso de obras e serviços de engenharia, nos projetos básicos, quando houver modificação dos projetos de engenharia e das especificações dos serviços;

f) emitir termo de conclusão atestando o término do ajuste;

g) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados; e

h) informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

9.5. Compete ao gestor do Convênio, nos termos do art. 700 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, além de outras atribuições previstas na legislação e neste instrumento:

a) zelar para que a documentação do ajuste esteja em conformidade com a legislação aplicada desde a sua proposta até a aprovação da prestação de contas;

b) atuar como interlocutor do órgão responsável pela celebração do ajuste;

c) controlar os saldos de empenhos do Convênio;

d) verificar o cumprimento dos prazos de prestação de contas do Convênio, efetuar as devidas análises e encaminhar os respectivos documentos ao ordenador de despesa, para deliberação;

e) inserir os dados do Convênio, quando couber e não houver setor responsável por estas atribuições, no Sistema Integrado de Transferências - SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou, no caso de Convênio com recursos federais, nos Sistema do Tribunal de Contas da União; e

f) zelar pelo cumprimento integral do ajuste.

9.6 cumprirá, ainda, ao servidor fiscal, nos termos do art. 703, do Decreto nº 10.086, de 2022, a emissão dos seguintes documentos:

9.6.1 Termo de Acompanhamento e Fiscalização, por ocasião da verificação ou intervenção, descrevendo a ação desenvolvida, a situação na qual se encontra a execução do objeto, as divergências constatadas ao pactuado, os ajustes para saneamento e as eventuais omissões ou inobservâncias do acordado pelo CONVENENTE;

9.6.2 Termo de Instalação e de Funcionamento de Equipamentos, pelo qual certifica que os equipamentos foram adquiridos conforme previsto, encontrando-se adequadamente instalados e em pleno funcionamento na atividade proposta nas dependências do CONVENENTE ou em outro local informado no Plano de Trabalho;

9.6.3 Termo de Compatibilidade Físico-financeira, na hipótese de o objeto não tenha sido concluído e a proporção executada possibilite a colocação do(s) bem(ns) em uso, certificando se o percentual físico executado é compatível ou não com o percentual dos recursos repassados;

9.6.4 Termo de Cumprimento dos Objetivos, quando do cumprimento integral do objeto conveniado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

Este Termo de Convênio poderá ser alterado mediante termo aditivo, devendo o seu extrato ser publicado no Diário Oficial do Estado e nos respectivos sítios oficiais eletrônicos, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura do termo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A alteração do Convênio dependerá de prévia aprovação de plano de trabalho readequado, da comprovação da execução das etapas anteriores com a devida prestação de contas e da compatibilidade com o objeto do ajuste.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A readequação do Plano de Trabalho deverá ser previamente apreciada pelo setor técnico estadual e submetida à aprovação da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES E DA INALIENABILIDADE

11.1 São bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros deste convênio, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 Os bens remanescentes são de propriedade do CONVENENTE e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo reverter ao domínio do CONCEDENTE na hipótese de desvio de finalidade no seu uso ou ser fixada indenização do valor global aplicado, nos termos do art. 665, do Decreto nº 10.086, de 2022.

11.3 Os bens remanescentes deverão, enquanto servíveis, ser utilizados em ações ou atividades educacionais da rede pública de ensino ou, em não sendo possível, em outra destinação previamente autorizada pelo CONCEDENTE.

11.4 Após o transcurso do prazo de vigência deste Convênio, somente mediante declaração de inservibilidade do bem, emitida por uma comissão de servidores constituída pelo CONVENENTE, ficará sem efeito a cláusula de inalienabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO

12.1. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à SEED, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

12.2. O CONCEDENTE deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data do evento, providenciar o cancelamento dos saldos de empenho.

12.3. O Convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, sendo que no caso de algum dos partícipes já tenha se comprometido financeiramente com a sua meta convenial, eventual não cumprimento do avençado pela outra parte que prejudique a funcionalidade do objeto pretendido permitirá que seja ajustada uma forma de compensação dos possíveis prejuízos entre os partícipes.

12.4. O presente Convênio será rescindido em caso de:

- a) inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
- b) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;
- c) aplicação de recursos fora das hipóteses ajustadas;
- d) verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial;
- e) dano ao erário, exceto se houver devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da apuração, por procedimentos administrativos próprios, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado;
- h) e nos demais casos previstos em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

A eficácia deste Convênio ou dos aditamentos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado e no sítio eletrônico oficial da SEED, a qual deverá ser providenciada por esta, na forma do art. 686 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DO FORO

Fica estabelecido o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir as controvérsias decorrentes da execução deste convênio, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam.

Por estarem de acordo e por se tratar de processo digital, as partes firmam o presente termo, de forma eletrônica, na presença das testemunhas abaixo.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente. Toledo, datado e assinado eletronicamente.

Roni Vieira Miranda
Secretário de Estado da Educação
Decreto n.º 00011/2023

Luis Adalberto Beto Lunitti Pagnussatt
Prefeito de Toledo

TESTEMUNHAS:

Rafael Fernando da Silva Possette
CPF: XXX.404.739-XX

Nome: Scheila Fernanda Alves
CPF: XXX.360.019-XX



ePROTOCOLO



Documento: **Termo_Convenio_202402016_Toledo.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Luis Adalberto Beto Lunitti Pagnussatt** em 05/04/2024 17:53, **Roni Miranda Vieira** em 12/04/2024 14:22.

Assinatura Avançada realizada por: **Scheila Fernanda Alves (XXX.360.019-XX)** em 08/04/2024 08:40 Local: SEED/DG/UTCP, **Rafael Fernando da Silva Possette (XXX.404.739-XX)** em 08/04/2024 10:37 Local: SEED/DG/UTCP.

Inserido ao protocolo **20.987.977-8** por: **Scheila Fernanda Alves** em: 05/04/2024 08:13.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
2e8ea6031c770e6db1c3712d0df1e6ec.

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Educação
CONTRATADA: PONTUAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA
OBJETO: Serviços Terceirizados, Acréscimo de Postos ao Contrato nº 1667/2023 1667/2023 GMS, para atender Escolas, a partir de 16/04/2024 até fim do contrato 19/06/2024.
AUTORIZADO POR: Joao Luiz Giona Junior- Diretor (a) Geral – SEED, Decreto nº 3664/2023
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 1148/2020 – SRP/DECON/SEAP
PROTOCOLO: 21.591.288-4

37621/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

TERMO DE CONVÊNIO

O Diretor Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, com fundamento no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e Decreto nº 2.641/2023, e considerando, o contido no protocolo nº 21.026.717-4.

DECLARA:

Fica registrado o presente Termo de Convênio n.º 202402007 que entre si celebram o Estado do Paraná por intermédio da Secretaria de Estado da Educação – SEED e o Município de Itapejara do Oeste, para implementação de projeto previsto no Decreto n.º 2.641/2023, que instituiu o Plano Paraná Mais Cidades III, visando a união de esforços dos participantes para o desenvolvimento de ações que integram o Plano Paraná Mais Cidades III – PPMC III, mediante a aquisição de 01 Kit com 25 unidades de Chromebook e 25 unidades de Headset, no valor total de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais).

João Luiz Giona Junior
Decreto 3.664/2023
Diretor Geral

37552/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

TERMO DE CONVÊNIO

O Diretor Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, com fundamento no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e Decreto nº 2.641/2023, e considerando, o contido no protocolo nº 20.987.977-8.

DECLARA:

Fica registrado o presente Termo de Convênio n.º 202402016 que entre si celebram o Estado do Paraná por intermédio da Secretaria de Estado da Educação – SEED e o Município de Toledo, para implementação de projeto previsto no Decreto n.º 2.641/2023, que instituiu o Plano Paraná Mais Cidades III, visando a união de esforços dos participantes para o desenvolvimento de ações que integram o Plano Paraná Mais Cidades III – PPMC III, mediante a aquisição de 01 (um) kit com 25 unidades de Chromebook e 25 unidades de Headset, no valor total de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais).

João Luiz Giona Junior
Decreto 3.664/2023
Diretor Geral

37562/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

TERMO DE CONVÊNIO

O Diretor Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, com fundamento no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e Decreto nº 2.641/2023, e considerando, o contido no protocolo nº 21.105.246-5.

DECLARA:

Fica registrado o presente Termo de Convênio n.º 202402035 que entre si celebram o Estado do Paraná por intermédio da Secretaria de Estado da Educação – SEED e o Município de Missal, para implementação de projeto previsto no Decreto n.º 2.641/2023, que instituiu o Plano Paraná Mais Cidades III, visando a união de esforços dos participantes para o desenvolvimento de ações que integram o Plano Paraná Mais Cidades III – PPMC III, mediante a aquisição de 03 (Três) kits, cada qual com 25 unidades de computadores (CPU, monitor, teclado e mouse) com especificação mínima de 8 GB Memória RAM, Armazenamento SSD 256 GB e Monitor LCD 21 Polegadas, no valor total de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais).

João Luiz Giona Junior
Decreto 3.664/2023
Diretor Geral

37533/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

TERMO DE CONVÊNIO

O Diretor Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, com fundamento no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e Decreto nº 2.641/2023, e considerando, o contido no protocolo nº 21.037.632-1.

DECLARA:

Fica registrado o presente Termo de Convênio n.º 202402013 que entre si celebram o Estado do Paraná por intermédio da Secretaria de Estado da Educação – SEED e o Município de Cascavel, para implementação de projeto previsto no Decreto n.º 2.641/2023, que instituiu o Plano Paraná Mais Cidades III, visando a união de esforços dos participantes para o desenvolvimento de ações que integram o Plano Paraná Mais Cidades III – PPMC III, mediante a aquisição de 01 Kit com 25 unidades de Chromebook e 25 unidades de Headset, no valor total de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais).

João Luiz Giona Junior
Decreto 3.664/2023
Diretor Geral

37546/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

TERMO DE CONVÊNIO

O Diretor Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, com fundamento no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e Decreto nº 2.641/2023, e considerando, o contido no protocolo nº 20.976.952-2.

DECLARA:

Fica registrado o presente Termo de Convênio n.º 202402024 que entre si celebram o Estado do Paraná por intermédio da Secretaria de Estado da Educação – SEED e o Município de Cidade Gaúcha, para implementação de projeto previsto no Decreto n.º 2.641/2023, que instituiu o Plano Paraná Mais Cidades III, visando a união de esforços dos participantes para o desenvolvimento de ações que integram o Plano Paraná Mais Cidades III – PPMC III, mediante a aquisição 03 (três) kits de computadores, com 25 unidades cada um, no valor total de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais).

João Luiz Giona Junior
Decreto 3.664/2023
Diretor Geral

37564/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

TERMO DE CONVÊNIO

O Diretor Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, com fundamento no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e Decreto nº 2.641/2023, e considerando, o contido no protocolo nº 21.030.585-8.

DECLARA:

Fica registrado o presente Termo de Convênio n.º 202402019 que entre si celebram o Estado do Paraná por intermédio da Secretaria de Estado da Educação – SEED e o Município de Ivaiporã, para implementação de projeto previsto no Decreto n.º 2.641/2023, que instituiu o Plano Paraná Mais Cidades III, visando a união de esforços dos participantes para o desenvolvimento de ações que integram o Plano Paraná Mais Cidades III – PPMC III, mediante a aquisição de 01 Kit com 25 unidades de Chromebook e 25 unidades de Headset, no valor total de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais).

João Luiz Giona Junior
Decreto 3.664/2023
Diretor Geral

37549/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

TERMO DE CONVÊNIO

O Diretor Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, com fundamento no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e Decreto nº 2.641/2023, e considerando, o contido no protocolo nº 20.997.525-4.

DECLARA:

Fica registrado o presente Termo de Convênio n.º 2024002033 que entre si celebram o Estado do Paraná por intermédio da Secretaria de Estado da Educação – SEED e o Município de Novo Itacolomi, para implementação de projeto previsto no Decreto n.º 2.641/2023, que instituiu o Plano Paraná Mais Cidades III, visando a união de esforços dos participantes para o desenvolvimento de ações que integram o Plano Paraná Mais Cidades III –